



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO N° DE - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gestão do Fundo Amazônia e a recente ingerência política no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atual gestor do fundo, em face do afastamento da chefe do Departamento de Meio Ambiente, Daniela Baccas, após o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciar uma análise que teria identificado "fragilidades na governança e implementação" dos projetos do fundo. Analisar, ademais, proposta do Ministério do Meio Ambiente de modificação das normas do fundo para permitir que os recursos possam ser usados, por exemplo, para pagar indenizações a donos de propriedades privadas que viviam em áreas de unidades de conservação, bem como aumento do número de representantes do governo no fundo.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério do Meio Ambiente;
2. Representante da Secretaria do Governo da Presidência da República;
3. Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social; e
4. Representantes da sociedade civil.

SF/19570.69284-03 (LexEdit)

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Amazônia foi criado em 2008 para receber doações destinadas a ações de conservação e combate ao desmatamento na floresta. É formado por dinheiro doado pela Noruega, principal financiador, e pela Alemanha. O fundo tem R\$ 3,4 bilhões e é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ocorre que, nos últimos dias, a imprensa tem noticiado uma série de ações do Governo Federal que tem deixado perplexa a comunidade científica e ambiental no Brasil e no mundo. A primeira notícia diz respeito a decisão do BNDES de afastar temporariamente a diretora Daniela Baccas do cargo de chefe do Departamento de Meio Ambiente, responsável pela gestão do Fundo Amazônia. Conforme noticiado pela imprensa, o afastamento ocorreu após o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, convocar a imprensa para criticar supostas irregularidades na aplicação de recursos do fundo. Segundo o BNDES, o afastamento “reflete prática natural enquanto se esclarecem as questões levantadas, não representando qualquer suspeita específica sobre a conduta dos funcionários do banco”. Baccas chefiava o setor desde 2017.

Conforme noticiado pelo site G1, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que, após análise realizada pela pasta em $\frac{1}{4}$ dos 103 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia – cerca de 30 contratos –, foram encontradas “irregularidades” e “inconsistências”. “Há problemas em 100% dos contratos de ONGs”, disse o mandatário da pasta ambiental. Entre as irregularidades elencadas por Salles estariam: alto percentual de contratos sem licitação, falta de comprovação das atividades, folhas de pagamento que consomem a maior parte do valor dos contratos, prestação de contas incompletas e contratos com entidades impedidas de fechar contratos com o estado. O ministro, no entanto, não citou

quais são os contratos, nem os contratados, tampouco informou como foi realizada a análise e quem foi responsável pelo trabalho de verificação.

Contudo, anteriormente apontada como participante da auditoria independente feita pelo MMA, a Controladoria-Geral da União afirmou que não participou de nenhuma análise envolvendo as contas do Fundo Amazônia. Por sua vez, o Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pela auditoria do Fundo Amazônia, também aprovou em 2018 as últimas contas, consideradas satisfatórias.

Como é cediço, o Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e tem R\$ 1,9 bilhão em projetos sobre redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, sendo que Noruega e Alemanha são os maiores doadores do Fundo.

Por fim, segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", o MMA quer usar o dinheiro do Fundo Amazônia para indenizar desapropriações. Ainda conforme a reportagem, o governo federal trabalha na edição de um novo decreto para alterar as normas do fundo e permitir que os recursos possam ser usados, por exemplo, para pagar indenizações a donos de propriedades privadas que viviam em áreas de unidades de conservação. Em entrevista à TV Globo, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, confirmou essa intenção. Ele disse que "quer escolher algumas regiões onde o índice de desmatamento é alto, como o sul do Pará, e fazer projetos-piloto com uma série de ações de monitoramento e fiscalização. Nesses casos, segundo o ministro, o dinheiro do fundo seria usado para regularizar a posse da terra".

Com efeito, as atuais regras do fundo, no entanto, não permitem o uso do dinheiro para o "pagamento de indenização por desapropriação". As decisões são monitoradas pelos doadores, que exigem compromissos, como a redução do desmatamento. Organizações ligadas à conservação da natureza demonstraram

preocupação com a proposta do ministro do Meio Ambiente. Conforme noticiado pelo site G1, o diretor de políticas públicas do WWF, Raul Valle, diz que já existe um fundo de compensação por obras públicas, com R\$ 1 bilhão, para ser usado prioritariamente em regularização fundiária. E que a mudança proposta pelo ministro pode levar a um aumento do desmatamento. "Não tem uma estratégia de combate ao desmatamento publicada por esse governo. Então, a gente não sabe como vai ser eficaz essa proposta e tem que ser muito bem feito isso porque existe muita invasão de terra pública em unidade de conservação na Amazônia e, se mal usado esse recurso, pode justamente beneficiar quem tá invadindo terra pública; e gerar uma corrida ao desmatamento", disse Raul Valle.

São essas preocupações, nobres pares, que me levaram a submeter a Vossas Exclências a presente proposta de realização de Audiência Pública, que terá como objetivo esclarecer os fatos levantados pela imprensa, bem como debater as propostas de mudança em discussão no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2019.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)